

**Razão Social: MOTTA MARTINS ENGENHARIA LTDA.**

**Endereço: RUA ANTÔNIO SCHROEDER, 103, SL. 04 – BARREIROS**

**Cidade/Estado: SÃO JOSÉ - SC**

**CNPJ: 07.624.012.0001-36**

**PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2022 TIPO TÉCNICA E  
PREÇO**

**TOMADA DE PREÇOS TIPO MENOR PREÇO GLOBAL**

À Comissão de Licitações – Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto - RJ.

Prezados senhores,

A empresa MOTTA MARTINS ENGENHARIA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 07.624.012/0001-36, com sede na Rua Antônio Schroeder, nº 103, Sala 04, Edifício Torre Cambirela, bairro Barreiros, município de São José/SC, neste ato representada por seu representante legal o senhor Ricardo Martins, CPF nº 823.219.739-00, Telefone: (048) 2132-0073 / 999283736, e-mail: [ricardo@mottamartins.com.br](mailto:ricardo@mottamartins.com.br) ou [engenharia@mottamartins.com.br](mailto:engenharia@mottamartins.com.br) ou ainda [mottamartinsengenharia@yahoo.com.br](mailto:mottamartinsengenharia@yahoo.com.br), vem, tempestivamente, conforme permitido no § 2º, do art. 41, da Lei nº 8666/93, guardando o direito de interposição junto aos órgãos de controle e em tempo hábil, à presença de Vossa Senhoria a fim de IMPUGNAR os termos do Edital em referência, que adiante especifica e o que faz na conformidade seguinte:

## **I. TEMPESTIVIDADE.**

A presente Impugnação é plenamente tempestiva, uma vez que o prazo para protocolar o pedido é de 05 dias úteis contados antes da data fixada pelo edital para recebimento das propostas e habilitação.

Considerando o prazo legal para apresentação da presente impugnação, são as razões ora formuladas plenamente tempestivas, uma vez que o termo final do prazo de impugnação se dá em 21 de setembro de 2022, razão pela qual deve conhecer e julgar a presente impugnação.

## II. FATOS.

A subscrite tem interesse em participar da licitação para Tomada de Preços Tipo Técnica e Preço Nº 007/2022, conforme consta no Termo de Referência e demais anexos ao edital, e que tem como objeto:

**“REVISÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO; ELABORAÇÃO DO ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA; ESTUDO DE ENGENHARIA ECONÔMICO-FINANCEIRA PARA MODELAGEM DA TARIFA DE DISPONIBILIDADE OPERACIONAL (ÁGUA E ESGOTO); LEVANTAMENTO DOS BENS REVERSÍVEIS DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO E MINUTA DE EDITAL DE CONCESSÃO E SEUS ANEXOS, conforme especificações constantes no Termo de Referência e condições estabelecidas neste edital e anexos.”**

Ao verificar as condições para participação na licitação citada, constatou-se que o edital traz inconsistências como é apresentado abaixo:

### 1. Exigência de CAT emitida pelo CREA para pessoa jurídica.

O edital exige o seguinte:

“6.1.4.2. As propostas técnicas serão avaliadas de acordo com os critérios definidos a seguir: 6.1.4.2.1. Para o julgamento das propostas, serão avaliadas e pontuadas as documentações que se encontrem incluídas nos seguintes quesitos.

- Quesito A: Experiência da empresa proponente relacionada ao objeto a ser contratado (16 – 32 pontos).
- Quesito B: Experiência da equipe técnica chave (24 – 59 pontos) e experiência da equipe técnica de apoio (9 - 9) relacionada ao objeto a ser contratado.

6.1.4.2.1.1 Quesito A – Experiência da empresa. A comprovação da experiência da proponente, para fins de pontuação da proposta técnica, dar-se-á através da apresentação de Atestados de Capacidade Técnica e respectivas Certidões de Acerto Técnico - CAT, devidamente autenticados, expedidos por órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, ou por empresa particular, registrados no respectivo Conselho

de Classe, que comprovem ter a proponente, prestado serviços de acordo com o objeto desta licitação." (grifos nossos).

**Em busca ao Sistema CONFEA/CREA, verificou-se:**

"Quanto a exigência de CAT para pessoa jurídica, deve-se observar a Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009 do Sistema CONFEA/CREA:

*Art. 55. "É vedada a emissão de CAT **em nome da pessoa jurídica**.*

*Parágrafo único. A CAT constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver a ela vinculado como integrante de seu quadro técnico."*

Em consulta ao site do CREASC, tem-se:

*"A CAT é o instrumento que certifica, para os efeitos legais, as obras ou serviços técnicos registrados no CREASC e que constituem o **acervo técnico do profissional**, sendo este o acervo técnico o conjunto das atividades desenvolvidas ao longo de sua vida profissional, compatíveis com suas competências e registradas no CREASC por meio de Anotações de Responsabilidade Técnica – ART.*

*A capacidade técnico-profissional de uma **pessoa jurídica** é representada pelo conjunto dos acervos técnicos de seus profissionais integrantes de seu quadro técnico, enquanto esses estiverem a ela vinculados como integrantes de seu quadro técnico."* (Grifos nossos).

Ademais, o artigo 30 da Lei 8.666/93, traz:

"...

*§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:*

*I - capacitação técnico-profissional: **comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;*** (Grifos nossos).

**Ainda em anexo encaminha-se consulta feito ao CREA-SC.**

Sendo assim, está claro que a exigência de CAT, **em nome da Pessoa Jurídica como está descrito no edital, não é aplicável.**

**Neste caso, entende-se não aplicáveis legalmente tais exigências quanto a CAT em edital, para pessoas jurídicas.**

- 2. Exigência de atividade técnica não existente junto as atividades dos profissionais do sistema CONFEA/CREA e respectiva CAT a ser emitida pelo CREA.**

O edital traz, junto ao quadro do item 6.1.4.2.1.1:

*"Elaboração de Edital para Concessão dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário."*

Em busca ao Sistema CONFEA/CREA, ver anexo, pode-se observar que não há código referente a tal atividade exigida no edital, sendo que o CREA relata que esse tipo de atividade é administrativo e não técnica. Logo não há como registrar tal serviço alinhado com códigos de atividade prevista pelo SISTEMA CONFEA/CREA.

**Neste caso, sendo não aplicáveis legalmente tais exigências do edital.**

### **III. DIREITO.**

É cristalino que as restrições, equívocos e incompatibilidades constantes no Edital e seus anexos, ferem de morte a competitividade do certame, porquanto limita demasiadamente o número de participantes aptos a concorrer pelo objeto do presente Edital ou mesmo trazem a possibilidade de erro às propostas a serem ofertadas.

Ilustres, em que pese a necessidade indiscutível da Administração Pública em garantir que o vencedor de um certame licitatório guarde, ao menos, o mínimo necessário de condições no que toca à sua qualificação e capacidade técnica para gerir o objeto do contrato, fato é que o edital em comento, ao fazê-lo, extrapolou os limites impostos pela lei e pela boa gestão da coisa pública.

Não obstante o poder discricionário da Administração para impor a qualificação técnica necessária aos competidores, a exigência é claramente exagerada e dispensável.

Cabe aqui trazer ensinamento colhido dos dizeres de Marçal Justen Filho:

*"A Administração não tem liberdade para impor exigências quando a atividade a ser executada não apresentar complexidade nem envolver graus mais elevados de aperfeiçoamento. Especialmente em virtude da regra constitucional (art. 37, XXI), somente poderão ser impostas exigências compatíveis com o mínimo de segurança da Administração Pública."*

[...]

*"O ato convocatório tem de estabelecer as regras necessárias para seleção da proposta vantajosa. Se essas exigências serão ou não rigorosas, isso dependerá do tipo de prestação que o particular deverá assumir. Respeitadas as exigências necessárias para assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, serão inválidas todas as cláusulas que, ainda indiretamente, prejudiquem o caráter "competitivo" da licitação."*

Isso decorre da vedação expressa contida na Constituição Federal, mas também presente nos princípios do processo licitatório constantes da Lei de Licitações, que preceituam que o Administrador deve se abster de inserir no instrumento convocatório quaisquer cláusulas que comprometam ou restrinjam a competitividade do certame.

Nesse sentido, importante verificar a redação do §1º do artigo 3º da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

*Art. 3º[...]*

*§1º É **vedado** aos agentes públicos:*

***I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo**, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;*

Em comentário ao dispositivo, Jessé Torres Pereira Junior elucida:

*A nenhum servidor da Administração Pública é dado, por qualquer modo, violar o caráter competitivo da licitação. Este é da sua essência, é a razão de existir do instituto. Deveria figurar entre os princípios referidos no caput do art. 3º, embora se possa presumir sua presença entre os correlatos, tanto que será inexigível a licitação "quando houver inviabilidade de competição" (art. 25).*

Neste mesmo norte assinala Toshio Mukai:

*[...] tão essencial à matéria que, se num procedimento licitatório, por obra de conluio, faltar a competição (ou oposição) entre os concorrentes, falecerá a própria licitação, posto que esta é sinônimo de competição.*

Fica claro, portanto, que o edital não pode trazer formalidades exacerbadas e exigências desnecessárias, que prejudiquem o caráter competitivo do certame, bem como a isonomia do procedimento licitatório, vindo a acarretar numa escolha que não necessariamente será a mais vantajosa à Administração.

Logo, tais exigências não trazem benefício técnico algum ao certame, ao contrário, apenas impossibilitam a competitividade, ferindo em absoluto o princípio constitucional e administrativo da isonomia.

Acerca da isonomia entre os participantes, verifica-se o posicionamento do mestre Marçal Justen Filho, nos termos a seguir:

*A isonomia não obriga adoção de formalismo irracional. Atende-se ao princípio da isonomia quando se assegura que todos os licitantes poderão ser beneficiados por idêntico tratamento menos severo.*

A competência da Administração, na fixação dos requisitos necessários à comprovação da qualificação técnica dos participantes, não pode ser utilizada para frustrar o mandamento constitucional de garantir o mais amplo acesso dos participantes ao procedimento licitatório, nem mesmo pode ser utilizada para ferir o princípio da isonomia e o da competitividade entre os licitantes.

A propósito, colhe-se da brilhante lição de Marçal:

*O art. 3º sintetiza o conteúdo da Lei, no âmbito da licitação. Os dispositivos restantes, acerca da licitação, desdobram os princípios do art. 3º, que funciona como norteador do trabalho hermenêutico e de aplicação da Lei das licitações. **Nenhuma solução, em caso algum, será sustentável quando colidente com o artigo 3º.** Havendo dúvida sobre o caminho a adotar ou a opção a preferir, o intérprete deverá recorrer a esse dispositivo. Dentre as diversas soluções possíveis, **deverão ser rejeitadas as incompatíveis com os princípios do art. 3º.** (grifos nossos).*

Observa-se ainda do entendimento jurisprudencial do egrégio STJ:

*É certo que não pode a licitação, em nenhuma hipótese, fazer exigências que frustrem o caráter competitivo do certame, mas sim garantir ampla participação na disputa licitatória, possibilitando maior número possível de concorrentes, desde que tenham qualificação técnica e econômica para garantir o cumprimento das obrigações.” (STJ Resp. nº 474781/DF, Rel. Min. Franciulli Neto, DJ 12.05.03)*

*A exigência editalícia que restringe a participação de concorrente, constitui critério discriminatório desprovido de interesse público, desfigurando a discricionariedade, por consubstanciar 'agir' abusivo, afetando o princípio da igualdade. (STJ, Resp nº 43856/RS, rel Min. Milton Luiz Pereira, DJ 04.09.95). (grifos nossos).*

A própria Constituição Federal/88 preceitua com severo rigor a admissibilidade das exigências mínimas possíveis. É imperioso salientar também que a Constituição autoriza somente exigências que configurem um mínimo de segurança, não se admitindo requisitos que vão além disso. Vejamos:

*Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: [...]*

*XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual **somente permitirá as exigências de qualificação técnica** e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (grifos nossos)*

Destarte, as exigências contidas no Edital e seus anexos corroboram em nulidade, e não servem para garantir a segurança na prestação do serviço, ao contrário, impede a entrada e participação de um universo enorme de empresas cuja qualificação técnica para prestar o serviço é indiscutível.

Conclui-se, portanto, que é injustificada a exigência de atividades que não sejam objetos definidos pelos conselhos de classe, Sistema CONFEA/CREA, além da exigência de CAT para pessoa jurídica, de modo que não pode a Administração Pública frustrar a exigência legal de amplitude da qualificação e habilitação.

Por fim, ainda se torna necessário a correção e a compatibilidade do edital e seus anexos.

#### **IV. PEDIDOS.**

Respeitosamente e ante o exposto, deve ser acatada a presente impugnação ao Edital, nos termos acima expostos, promovendo-se, por via de consequência, a republicação do instrumento convocatório devidamente regularizado.

Ante o exposto, **REQUER-SE** o acatamento à presente impugnação ao Edital, nos termos acima expostos, adequando-se o mesmo de forma que seja ampla a participação de empresas qualificadas e habilitadas perante o Conselho de Classe e detentoras de expertise, que possam apresentar suas propostas no certame, com as vantagens que tal competitividade proporciona ao Município, sem prejuízo de Habilitação Técnica exigida.

Por via de consequência, e sem perda do direito de amparo aos órgãos de controle, **REQUER-SE** a republicação do instrumento convocatório devidamente regularizado.

São José/SC, 21 de setembro de 2022.

---

**Eng. Ricardo Martins**  
**CREA/SC 050.772-5**  
**Motta Martins Engenharia Ltda**  
**CNPJ 07.624.012/0001-36**